

O Brasil é multilíngue e nós podemos provar: cenas linguísticas na fronteira

Brazil is multilingual and we can prove it: linguistic scenes on the border

Emanuele Krewer¹
Eliana Rosa Sturza²

Resumo: Este estudo busca refletir sobre a realidade multilíngue do Brasil que contrasta com um imaginário e políticas linguísticas que tendem ao monolinguismo. Com vistas a ilustrar a diversidade de línguas que circulam — e resistem — no país, objetiva-se apresentar uma cena linguística em um jogo de futebol na cidade de Cândido Godói, localizada na fronteira noroeste do RS. Em termos teóricos, o estudo de Oliveira (2000) retrata as principais intervenções político-linguísticas em direção à hegemonia da língua portuguesa e as tentativas de apagamento das demais línguas ao longo da história do Brasil. Já os estudos de Sturza (2010) são suportes para compreender as línguas de fronteira e as capacidades dessas línguas de transitar e se mesclar, atravessando barreiras linguísticas e refletindo nas dinâmicas sociais. Metodologicamente, esse estudo se configura enquanto uma etnografia, uma vez que são examinados os comportamentos linguísticos dos sujeitos em um jogo de futebol em que entram em cena o português, o alemão, o espanhol e o portunhol. Por conseguinte, evidencia-se que apesar de o português ser uma língua cêntrica no Brasil, ela compartilha e disputa espaços com outras línguas, que, em muitas situações, são essenciais na construção de significados e valores dos grupos sociais.

Palavras-chave: Multilinguismo. Monolinguismo. Políticas Linguísticas. Línguas na Fronteira

Abstract: This study seeks to reflect on Brazil's multilingual reality, which contrasts with an imaginary and linguistic policies that tend towards monolingualism. In order to illustrate the diversity of languages that circulate — and resist — in the country, the aim is to present a linguistic scene at a soccer match in the city of Cândido Godói, located on the northwestern border of the state of Rio Grande do Sul. In theoretical terms, Oliveira's (2000) study portrays the main political-linguistic interventions towards the hegemony of the Portuguese language and the attempts to erase other languages throughout Brazil's history. Sturza (2010) studies provide support for understanding border languages and their ability to move and blend, crossing linguistic barriers and reflecting on social dynamics. Methodologically, this study is configured as an ethnography, since it examines the linguistic behavior of the subjects in a soccer match in which Portuguese, German, Spanish and Portunhol come into play. As a result, it becomes clear that although Portuguese is a central language in Brazil, it shares and competes for space with other languages which, in many situations, are essential in constructing the meanings and values of social groups.

Keywords: Multilingualism. Monolingualism. Language Policies. Languages on the Border

Introdução

Este trabalho é resultado de reflexões realizadas na disciplina “Língua, sociedade e política” do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL-UFSM). Diante de debates estabelecidos na disciplina, busca-se apresentar as

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, Brasil; apoio da Capes. Endereço eletrônico: emanuelekrewer@ufes.br

² Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, Brasil. Endereço eletrônico: listurza@ufes.br

principais políticas linguísticas de valorização do português e de repressão da diversidade linguística existente no país ao longo dos anos. Nesse ponto, vale resgatar as considerações de Calvet (2007) quando afirma que, na verdade, não são as línguas que cumprem o papel de dominadas ou dominantes, mas sim, seus falantes são dominados ou então dominantes, visto que a língua é o instrumento pelo qual são afirmadas estruturas de força e de poder. No que se refere ao quadro linguístico brasileiro, ao longo da história, os portugueses desempenharam o papel de dominantes, ao passo que os povos originários, africanos escravizados, imigrantes e falantes fronteiriços foram/são dominados.

Nesse panorama histórico, recentemente as línguas minoritárias receberam algumas intervenções de valorização em termos de políticas linguísticas. De acordo com Lagares (2018), tímidas intervenções podem ser constatadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que estabeleceu programas de pesquisa e ensino em línguas nativas brasileiras, com a formação de profissionais especializados, como também currículo e materiais didáticos diferenciados. Além disso, se caracteriza enquanto intervenção político-linguística o reconhecimento, através da lei 10.436 de 2002, da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão (Lagares, 2018). Todavia, nesse cenário histórico, a língua portuguesa sempre teve papel central, instrumento a partir do qual se busca gerar um sentimento de pertença à nação, de delimitação do Estado nacional, constituindo a tríade: uma língua, um território, uma nação.

Conceber uma identidade entre a 'língua portuguesa' e a nação brasileira sempre foi uma forma de excluir importantes grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos, no mais das vezes à força, ao formato 'luso-brasileiro'. Muito mais interessante seria redefinir o conceito de nacionalidade, tornando-o plural e aberto à diversidade (Oliveira, 2000, p. 91).

Nesse ideário nacional da língua portuguesa como cêntrica³, foi estabelecida, por longos anos, a ideologia do português bem escrito e bem falado, aquele que segue as regras gramaticais, os grandes escritores que não cometem erros. Isso indica que mesmo o português não era aceito em todas as suas variedades, o monolingüismo significava uma só língua e uma só variedade aceita no território nacional: a norma padrão da língua portuguesa. Assim, além da diversidade linguística, as próprias variedades regionais do português não cabem nessa concepção do estado-nação, ideologia que, inclusive, reside ainda hoje no imaginário de muitos sujeitos e instituições.

A busca pela homogeneização da língua em território brasileiro pode ser evidenciada atualmente nos mecanismos do Estado, como a obrigatoriedade do ensino em língua

³ Língua cêntrica: língua que se considera o centro ou ponto de referência principal, muitas vezes em contraste com outras línguas consideradas periféricas.

portuguesa — salvo nas escolas das comunidades indígenas — e até mesmo o baixo número de horas destinadas a outras línguas no currículo escolar. “A concepção que se tem do país é a de que aqui se fala uma única língua, a língua portuguesa. Ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são, nessa concepção, sinônimos” (Oliveira, 2000, p. 83). Essas imposições contemporâneas, adicionadas às duas principais intervenções históricas, o Diretório dos Índios e a intervenção Vargas, constituem políticas linguísticas de violência e repressão que culminaram/culminam na extinção de um representativo número de línguas.

É de interesse deste estudo, além de apresentar esse panorama histórico de desvalorização das línguas, evidenciar a resistência das línguas minoritárias ao longo dos anos, visto que, em muitas comunidades e situações sociais a língua portuguesa não é central, ou ainda, concorre com outras línguas, tornando-se, em muitos desses espaços, uma língua minoritária. A fim de exemplificar que o Brasil não é monolíngue, como quer o Estado nação, apresenta-se uma cena linguística em um jogo de futebol de uma cidade fronteiriça na qual disputam e compartilham espaço a língua portuguesa, a língua de imigração alemã, a língua espanhola e também o portunhol.

Nas palavras de Sturza (2010), as línguas em regiões de fronteira desempenham um papel que vai muito além dos fins comunicativos: “Língua que é constitutiva desse sujeito nas suas relações sociais, porque na e pela língua os fronteiriços enunciam o que os identifica como tal” (p. 90). Dessa forma, nas regiões de fronteira, as dinâmicas linguísticas são ajustadas de acordo com a prática social, surgindo mesclas de línguas e empréstimos de palavras nas enunciações dos falantes. Portanto, os sujeitos constituem as línguas, assim como as línguas são constituintes dos sujeitos (Sturza, 2010).

Em termos de organização, na sequência deste trabalho, apresenta-se, em linhas gerais, a formação do quadro linguístico brasileiro e as principais intervenções linguísticas ao longo da história do Brasil, com vistas a refletir sobre o paradoxo do monolinguismo e do multilinguismo. Posteriormente, apresentam-se algumas considerações etnográficas sobre as línguas na fronteira, especificamente a fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Na continuidade, discute-se acerca de uma cena linguística em um jogo de futebol na cidade de Cândido Godói- RS, na qual é evidenciado o contato e a mescla de línguas que circulam no município. Por fim, busca-se retomar as reflexões iniciais e problematizar as políticas linguísticas monolíngues impositivas e a resistência de muitas línguas ao longo da história do Brasil, as quais configuram um quadro multilíngue.

Brasil, um país monolíngue ou multilíngue? Discussões político-linguísticas

A pergunta que intitula essa seção pode ser respondida tomando de empréstimo a famosa frase de Saussure (1999), “É o ponto de vista que cria o objeto” (p. 15), isso porque o Brasil, em termos de línguas, é um país que pode ser visto pela ótica das diversidades,

portanto, multicultural e multilíngue, ou pelo imaginário de língua do Estado, um ideário monolíngue, que reconhece somente a língua portuguesa. A fim de refletir sobre esse paradoxo, retorna-se, em um primeiro momento, a algumas questões históricas do país que retratam a constituição da diversidade linguística e, em sequência, discute-se as duas principais intervenções político linguísticas que objetivaram a supremacia do português e o apagamento das outras línguas: o Diretório dos Índios e o Decreto da Era Vargas.

[...] o monolinguismo social, longe de ser um fenômeno espontâneo, pode ser (e frequentemente é) o resultado de uma série de operações glotopolíticas, mais ou menos deliberadas, de homogeneização de populações falantes de várias línguas, um resultado que, aliás, é mantido artificialmente pelos estados mediante políticas de exclusão de línguas outras que a 'oficialmente' reconhecida (Monteagudo, 2012, p. 45–46).

De acordo com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), é estimado que hoje sejam faladas mais de 250 línguas no Brasil. Esse número pode ser considerado baixo, se levado em conta o grande número de línguas indígenas, africanas e de imigração dizimadas desde a chegada dos portugueses e sucessivas intervenções político-linguísticas. Mas, por outro lado, essa estimativa pode ser considerada alta em comparação com as violentas políticas de imposição do português como língua única. Esse indicativo mostra que o Brasil não é um país monolíngue e que muitas línguas permaneceram no território devido aos processos de resistência de seus falantes.

O pesquisador Aryon Rodrigues (1993), a partir de amplas reflexões, apresentou que antes da chegada dos portugueses o território que hoje é designado como Brasil contava com cerca de 1.078 línguas pertencentes aos povos originários, com predomínio do Tupinambá e Tupi Antigo nas costas nordeste a sudeste do país. Esse número, de acordo com Rosa (2022), não foge do que estimou Câmara Jr. quando apontou a existência de 1.162 línguas. Entre os motivos do desaparecimento dessas línguas está a morte de seus falantes, decorrentes de guerras entre portugueses e povos originários, guerras interétnicas e as condições de trabalho escravo a que os indígenas foram submetidos (Rosa, 2022). Além disso, como se apresenta na sequência deste texto, a chegada do Marquês de Pombal ao Brasil Colônia, a imposição da língua portuguesa como a única língua do território e a tardia preocupação com a valorização das línguas dos povos originários, resultou, como consta no Censo Demográfico de 2022, na permanência de apenas 274 línguas indígenas, algumas delas em risco de extinção.

As línguas afro-brasileiras, línguas de origem africana faladas no Brasil, muitas vezes esquecidas na pauta linguística brasileira, embarcaram em navios junto com os seus falantes escravizados no Brasil. A imprecisão do número de línguas africanas se deve à dificuldade de contabilização devido à mistura de diferentes etnias africanas no momento de embarque

nos navios negreiros. Contudo, Petters (2006 *apud* Maher, 2013) estima a chegada de 200 a 300 línguas africanas nesse período de tráfico escravagista. De acordo com Rosa (2022), a maior parte dos falantes é de origem nigero-congolês, a maior família linguística africana. Dos seis ramos desta família, se destaca o benue-congo, que inclui o subgrupo banto, e o kwa (Rosa, 2022). As línguas desses povos, assim como as línguas indígenas, foram sendo dizimadas tanto pela morte dos falantes, com a violência da escravidão e as doenças sem tratamento na época, assim como pela imposição da língua portuguesa e proibição do uso das demais línguas.

Outra parcela de línguas que constitui o quadro linguístico brasileiro são as línguas de imigração, trazidas da Europa, Oriente Médio e Ásia, destacando-se, de acordo com Rosa (2022), entre esses processos de imigração, variedades do grupo alemão, italiano, polonês, eslavo, chinês, judeu, cigano, imigrantes fronteiriços, crioulo, entre outros grupos, como o árabe, armênio, coreano, francês, grego, holandês, húngaro, leto ou letão e sueco. Atualmente Altenhofen (2013) apresenta a contagem de 56 línguas brasileiras de imigração - número que pode sofrer alterações de acordo com as recentes ondas de imigrantes vindos ao Brasil. Como se discute na sequência, as línguas de imigração também foram alvo de repressão e processos de apagamento por meio de políticas linguísticas.

Nesse panorama de línguas existentes ao longo da história do Brasil, além de uma divisão entre língua portuguesa enquanto língua nacional e demais línguas, havia ainda uma valoração distinta entre as línguas de imigração e as línguas indígenas e africanas. Guimarães (2005) explica que não se trata simplesmente do fato de que as línguas indígenas já estavam aqui e as línguas de imigrantes chegaram depois dos portugueses ao Brasil:

As línguas indígenas e africanas entram na relação como línguas de povos considerados primitivos a serem ou civilizados (no caso dos índios) ou escravizados (no caso dos negros). Ou seja, não há lugar para essas línguas e seus falantes. No caso da imigração, as línguas e seus falantes entram no Brasil por uma ação de governo que procurava cooperação para desenvolver o país. E as línguas que vêm com os imigrantes eram, de algum modo, línguas nacionais ou oficiais nos países de origem dos imigrantes. Essas línguas são línguas legitimadas no conjunto global das relações de línguas, diferentemente das línguas indígenas e africanas (Guimarães, 2005 p. 25).

Ainda no que tange às línguas marginalizadas, pode-se citar as línguas de sinais, cujas pesquisas têm evidenciado mais de uma dezena de línguas, além da reconhecida língua brasileira de sinais (Libras). Já nos anos de 1968, os povos indígenas do Maranhão e do Pará utilizavam a própria língua de sinais, chamada *Ka'apor*, em suas interações, sendo os sujeitos surdos monolíngues e os sujeitos ouvintes bilíngues, a partir de sua língua materna e da língua de sinais (Rosa, 2022). Esse fato é interessante, pois normalmente é o sujeito surdo quem precisa se adaptar e aprender a língua oralizada, ao passo que são raros os casos de sujeitos

ouvintes que aprendem a língua de sinais. Outro caso de língua de sinais que perdurou em comunidades isoladas é o de Várzea Queimada, no interior do Piauí, que já está na terceira geração de sujeitos que sabem a língua (língua de sinais emergente LSE), utilizada por praticamente todos os moradores da comunidade.

Rosa (2022) apresenta um total de 13 línguas brasileiras de sinais, a maioria delas utilizadas por comunidades indígenas: i. Libras; ii. língua de sinais kaapor; iii. língua de sinais sateré-waré; iv. língua de sinais kaingang; v. língua de sinais terena; vi. língua de sinais guarani-kaiowá; vii. língua de sinais pataxó; viii. cena; ix. acenos; x. língua de sinais da Fortalezinha (PA); xi. língua de sinais da Ilha do Marajó; xii. língua de sinais de Porto de Galinhas (PE); xiii. língua de sinais de Caiçara. Essas línguas, salvo a Libras, são desconhecidas por muitos sujeitos brasileiros e invisibilizadas diante de políticas linguísticas e iniciativas de estado que tendem para línguas oralizadas, preferencialmente a soberana língua portuguesa. Pode-se considerar que as línguas de sinais dos povos indígenas sofrem um duplo processo de discriminação e violação; primeiro, por serem línguas de povos historicamente marginalizados, os povos originários; segundo, por serem línguas de uma minoria, muitas vezes invisibilizados pela sociedade em geral, carentes da efetivação de seus direitos e em segundo plano em muitas discussões linguísticas. Assim, essas línguas têm forte representação para as comunidades indígenas, simbolizando o cuidado que os povos originários mantêm entre si, ao ensinar, aprender e cultivar entre a maioria dos integrantes da comunidade sua língua de sinais.

Outras línguas que completam o quadro linguístico brasileiro, ainda com certa carência de estudos, são as línguas de fronteira, resultantes de processos de contatos linguísticos. Essas línguas, apesar de derivadas de outras línguas, são representativas de seus povos, que por um lado criam um vínculo de pertencimento em relação à língua e a fronteira, mas, em muitos casos, sofrem discriminações e preconceitos linguísticos por se caracterizarem como a mistura das línguas e se localizarem na margem. Exemplo disso é o portunhol, língua de mescla entre o português e espanhol:

[...] é preciso considerar que o Portunhol como uma nova língua tem, em sua gênese, duas línguas já nomeadas. Evidentemente a história do Portunhol rememora o Português, e o Espanhol e seu entrelaçamento sustenta-se em gramáticas existentes e em funcionamento. Portunhol é uma língua predominantemente oral, talvez por essa razão venha se expandido, venha marcando um espaço de interação comunicativa, necessária para a manutenção de uma fluidez nas relações entre grupos sociais e comunitários distintos (Sturza, 2019, p. 108).

Ressaltamos que a soma das línguas que compõe o quadro linguístico brasileiro apresentada nas pesquisas de Rosa (2022) e do Censo Demográfico (2022) discorda do levantamento realizado pelo INDL, pois a computação de línguas encara um certo número de

variáveis. Ou seja, novas línguas e variedades linguísticas são descobertas, enquanto outras são extintas com a morte de seus falantes. Além disso, muitas vezes fogem à computação as línguas oralizadas, aquelas que sofrem de mudança demográfica, bem como se constitui enquanto fator variável o caráter complexo desse tipo de investigação e a falta de investimento para a realização de pesquisas linguísticas precisas.

Apresentada brevemente a construção histórica do panorama linguístico brasileiro, faz-se necessário compreender os fatores que impulsionaram a extinção e a minorização de muitas línguas. Duas intervenções linguísticas foram decisivas no glotocídio (assassinato das línguas) — termo utilizado por Gilvan Oliveira (2000) — tanto sobre as línguas indígenas e africanas quanto sobre as línguas de imigração. “O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro tiveram por política, durante toda a história, impor o português como a única língua legítima” (Oliveira, 2000, p. 84). A primeira intervenção político-linguística, ainda no período do Brasil Colônia, foi o documento Diretório dos Índios (1758), a partir do qual Marquês de Pombal proibiu o uso da língua geral na colônia, com a intenção de civilizar os índios através da imposição do português, língua do príncipe (Oliveira, 2000).

A língua geral interessava ao projeto de evangelização dos jesuítas ao passo que o interesse do projeto lusitano era de que todos falassem o português, uma vez que o Brasil era colônia de Portugal e até então circulavam predominantemente as línguas dos povos originários (Guimarães, 2005). Essa primeira intervenção política, apesar de ter mudado significativamente o perfil linguístico do Brasil, não se instaurou sem certa resistência dos povos, que, em ambientes domésticos e escondidos dos portugueses, continuavam utilizando suas línguas. De acordo com Bessa Freire (1983 *apud* Maher, 2013), somente a partir de 1850 a língua portuguesa se tornou hegemônica, sendo subordinada à língua geral por longos anos. Além disso, o português do Brasil não se configurou da mesma forma que em Portugal, pois sofreu influências dos sujeitos e dessas línguas que aqui circulavam, especialmente do tupinambá, língua geral, que, inclusive, já contava com gramatização neste período (Mariani, 2004).

Como aponta Bessa Freire (1983 *apud* Maher, 2013), 40.000 falantes indígenas foram assassinados no processo de dominação dos colonizadores portugueses, sendo que apenas 15% do total de línguas indígenas brasileiras conseguiu sobreviver nesse processo de glotocídio. Atualmente, as línguas dos povos originários têm recebido maior atenção, especialmente no âmbito da linguística aplicada, mas muito ainda há de se fazer em termos de política e direito linguístico. Legados dessas línguas são constituintes da própria língua portuguesa, principalmente os termos relativos à natureza e aos animais, palavras que não existiam na língua dos colonizadores. Por outro lado, como aponta Mariani (2004), os europeus sobrepuseram violentamente sua língua aos povos originários, afirmando que as línguas indígenas da colônia eram destituídas do F, L e do R, pois não existiam, entre os povos

desse território, nem fé, nem lei, nem rei. Quando, na verdade, a imposição da língua e cultura europeia como legítimas e superiores não permitiu reconhecer que as comunidades indígenas tinham um sistema social completamente organizado, crenças religiosas e a própria regulação social.

A segunda intervenção político-linguística se deu por parte do Estado Novo (1937–1945) durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, uma intervenção que ficou conhecida como “nacionalização do ensino” (Oliveira, 2000). Esse momento marca a repressão das línguas de imigração e, mais do que isso, a tentativa, novamente, de um glotocídio com a proibição do uso das línguas maternas e das manifestações culturais dos imigrantes.

Políticas de silenciamento e incriminação dos falantes de línguas minoritárias, em especial das línguas de imigração alemã e italiana, no período nacionalista entre as duas Guerras Mundiais: o Estado Novo aproveitando as turbulências pré-Segunda Guerra Mundial e os interesses das classes dominantes da época, marcou um dos momentos mais tensos de repressão das línguas *alóctones* através do processo que ficou conhecido como “nacionalização do ensino” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração do Brasil (Altenhofen, 2013, p. 109).

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas (Oliveira, 2000). Inúmeras foram as cenas em que os sujeitos tiveram que esconder livros e bíblias em alemão para não serem torturados, ou então privar-se de falar a língua dentro de suas próprias residências, em comunidades isoladas do interior, pois espiões do governo eram enviados para se esconder no porão das casas e monitorar a língua de comunicação dos sujeitos.

Vale acrescentar a essas cenas de censura que as escolas da época incentivaram as crianças a denunciar os pais e familiares que falassem as línguas de imigração, principalmente alemão e italiano, em suas casas (Oliveira, 2000). Portanto, essa política linguística atuou com tamanha força e poder repressivo que os imigrantes e seus descendentes deixaram, em muitos casos, de ensinar a língua para os seus sucessores e de realizar registros escritos por medo de serem perseguidos. Com isso, as línguas de imigração foram mantidas na oralidade e majoritariamente nas zonas rurais. Não obstante, como se apresenta na seção analítica, essas línguas de imigração também foram símbolos de resistência, pois muitos grupos e comunidades ainda hoje têm essas línguas como maternas e como línguas de comunicação social.

Nos últimos anos, tem-se caminhado lentamente para o reconhecimento da diversidade linguística brasileira, como se pode ver nas leis de valorização das línguas

indígenas e nas cooficializações de línguas nas jurisdições municipais. Contudo, a tríade, um território, uma língua e uma nação, como símbolos de pertencimento ao Estado, de identidade e unidade nacional, são reforçados por aparelhos de poder como a escola. Sob esse ponto de vista, não se pretende impor a língua portuguesa somente enquanto língua oficial, mas também como língua da nação, como se todos os sujeitos a tivessem como língua materna, utilizassem predominantemente o português em suas interações e, ainda mais equivocadamente, como se o sentimento de pertença se desse apenas pelo uso da língua portuguesa.

Enquanto língua oficial e língua nacional do Brasil, o português é, de acordo com a constituição, uma língua de uso em todo o território brasileiro, sendo também a língua dos atos oficiais, da lei, a língua da escola e que convive, na extensão do território brasileiro, com um grande conjunto de outras línguas. Por outro lado, enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenha como língua materna outras línguas, ou indígenas, ou de imigrantes (Guimarães, 2005, p. 25).

Entre os pontos mais problemáticos de conceber o país como monolíngue e desvalorizar a diversidade linguística, é que não se trata apenas de sistemas linguísticos, mas de identidades, culturas, histórias, formas de ser e estar no mundo a partir da língua. Com isso, na próxima seção pretende-se mobilizar reflexões etnográficas sobre as práticas sociais e a diversidade de línguas em uma região de fronteira, cuja história e espaço geopolítico foram configurados por uma multiplicidade cultural e linguística.

As línguas na fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul

Neste trabalho, busca-se pensar na fronteira enquanto uma linha imaginária que, mais do que marcar os limites geopolíticos do Estado, constitui-se enquanto um espaço social, de confluências históricas, culturais, simbólicas e também econômicas e comerciais. De acordo com o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2009)⁴, a zona de fronteira é demarcada em 150 km de extensão para dentro do território, sendo que 16,7% de toda a extensão brasileira corresponde a zonas de fronteira⁵.

Não obstante, a linha que ora é limite e ora é fusão em situações de contato e conflito entre fronteiras internacionais, por si só, não caracteriza a fronteira. São as dinâmicas estabelecidas entre sujeitos, comunidades, línguas, interesses e acordos que influenciam na constituição e na vida fronteiriça. Nessas dinâmicas, interessa compreender como as línguas estão a favor dos sujeitos fronteiriços e como elas são determinantes nas construções sociais,

⁴ Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

⁵ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites>. Acesso em: 12 maio 2025.

simbólicas, subjetivas e identitárias de tais falantes. Para tanto, a etnografia fornece suportes metodológicos para refletir sobre as línguas em um contexto sócio-histórico específico uma vez que “Etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades” (Mattos, 2011, p. 53).

A etnografia vem do grego *ethno*, que significa povo/sociedade, e *grafia*, que significa escrever sobre algo, portanto, etnografia significa escrever sobre uma sociedade, um povo (Mattos, 2011). Com sua origem nos anos de 1900, a partir de Boas e Malinowski, a etnografia se preocupa em estudar os povos junto com a comunidade, utilizando-se, para isso, de instrumentos de coletas de dados como a observação, diário de campo, anotações, gravações e, recentemente implementada pelos pesquisadores pós-modernos, os instrumentos que permitem dar voz aos povos, como a entrevista.

De acordo com Malinowski (1922), mais do que descrever um povo, é preciso viver junto ao povo, observando seu dia a dia, a sua forma de organização, sua língua, seus cultivos culturais, sua vida de forma geral. Nesse sentido, a etnografia permite fazer um levantamento do comportamento linguístico dos falantes, a forma como constroem seus enunciados e, em um contexto multilíngue, como os sujeitos transitam — ou não — entre as línguas que compõem as interações sociais.

Assim, esta pesquisa lança mão de observações em um contexto específico, a saber: as cenas linguísticas em jogos de futebol em uma cidade fronteiriça. Com isso, empreendeu-se um estudo etnográfico com o intuito de compreender as ações dos jogadores de futebol ao utilizar as línguas para se comunicar, considerando, para isso, o interlocutor, o contexto de interação e os efeitos de sentido pretendidos. Por conseguinte, tais estudos etnográficos, constituídos pelo olhar atento do pesquisador em relação às ações dos indivíduos, permitiram identificar como os grupos sociais conduzem suas vidas, revelando o significado cotidiano da ação dos sujeitos (Mattos, 2011). Neste caso, revela a distribuição e funcionamento social e político das línguas em contato em um contexto sócio-histórico particular.

A coleta de dados desta pesquisa se deu por meio de observações, diários de campo e registro de imagens em uma cena de um jogo de futebol na cidade de Cândido Godói-RS. Os jogos são organizados anualmente pelo departamento de esportes do município e reúnem no campo municipal da cidade diversas equipes provenientes do perímetro urbano e das localidades interioranas de Cândido Godói.

A fronteira noroeste do Rio Grande do Sul, objeto de discussão deste estudo, foi constituída, ao longo da história, por uma diversidade linguística que reside ainda hoje neste território. Segundo Sturza e Fagundes (2022), as línguas nessa fronteira podem ser caracterizadas em três categoriais: as línguas dos povos originários (guarani), as línguas de imigração (alemão, italiano, polonês, russo, holandês), e as línguas dos estados (português

do Brasil, espanhol da Argentina — há que se acrescentar oportunhol). Além disso, de acordo com as autoras, recentes processos de imigração contam com haitianos, senegaleses, venezuelanos, peruanos e beninenses que somam à região suas línguas e variantes linguísticas, bem como suas culturas, histórias e identidades (Sturza; Fagundes, 2022).

Essa fronteira, além de sua privilegiada localização geopolítica, conta com histórias que foram decisivas na construção desse território. Conhecida historicamente como região das Missões, devido ao projeto jesuítico dos sete povos das Missões do lado brasileiro — pertencente aos 30 povos das Missões distribuídos no Brasil, Argentina e Paraguai. Essa região conta com episódios de contato e conflito dos guaranis, portugueses e espanhóis que configuram essa fronteira. Além do mais, a posterior colonização por imigrantes e descendentes de imigrantes europeus também contribui para a multiplicidade étnica, cultural e linguística presente ainda hoje nessa região.

Os contatos entre as línguas nessa fronteira seguem as dinâmicas próprias dos sujeitos falantes. Por isso, nas cidades pertencentes a esse território, a língua portuguesa perde o seu papel de língua cêntrica em muitas situações sociais. Não é estranho encontrar programas de rádio e música em polonês para atender os descendentes de imigrantes na cidade de Guarani das Missões, também as cidades de Três de Maio e Campina das Missões utilizam-se da comunicação via rádio em língua alemã e russa, respectivamente. Missas na cidade de Cerro Largo são celebradas em língua alemã, assim como alguns excertos do *Jornal da Terceira idade* de Cândido Godói são escritos em alemão. Em muitos comércios da região, é requisito para a contratação que o vendedor ou o atendente saiba falar a língua de imigração que circula na cidade. Além disso, placas, nomes de ruas, estabelecimentos comerciais, nomes de escolas e instituições fazem o registro dessas línguas e configuram verdadeiras paisagens linguísticas⁶. “Assim, as placas indicando o nome das ruas, os sinais de trânsito, as placas dos carros, os cartazes publicitários, os programas de rádio ou televisão são lugares privilegiados de intervenção para a promoção das línguas” (Calvet, 2007, p. 72).

Além da forte presença de imigração das línguas alemã, russa e polonesa, as cidades da região são palco de trocas linguísticas entre o português e o espanhol, especialmente nas cidades que estão localizadas na linha de fronteira, entre o Brasil e a Argentina. Nesses espaços, os sujeitos utilizam as línguas com objetivos diferentes, seja para falar com o vizinho, o parente, o visitante ou então, em situações comerciais, com o vendedor, o cliente, o fiscal da aduana, o caminhoneiro que transporta produtos de um país para o outro, etc.

A dinâmica que se desenvolve nessas atividades, que se caracterizam por ser da subexistência humana, vão colocando as línguas em um atravessamento, em cruces e vão deslocando o seu papel de representação

⁶ Forma como as línguas são disponibilizadas e representadas em lugares e espaços públicos (placas, grafites, outdoors) (Maher, 2013).

como língua do Estado, porque aí já é a língua do lugar, da necessidade, da relação. A representação é outra, é a língua de fronteira, definida por ser a que resulta da interface entre duas línguas em contato (português e espanhol), por ser enunciada desde esse lugar particular, por ser reconhecida na mistura, porque funciona para interagir com o outro (Sturza, 2010, p. 95).

Nesses contatos entre os falantes e suas línguas, ocorrem tendências enunciativas particulares, como a mescla das línguas, o empréstimo de palavras de uma língua à outra, a fala pausada para que o interlocutor compreenda, a mudança na entonação de voz para ficar mais próximo da língua do vizinho e a constituição de um repertório linguístico fronteiriço. Sendo assim, os falantes não precisam ser proficientes nas línguas para transitar nesse espaço físico e enunciativo da fronteira. O potencial semiótico das línguas (Lagares, 2018), ou seja, suas capacidades de adaptação, mescla e criação de sentido, permite que o falante atinja seu objetivo comunicativo de forma inteligível.

Nas cidades localizadas na margem, na linha de fronteira, os contatos e trocas linguísticas, principalmente entre o português e o espanhol, são mais intensas do que nas cidades que se situam mais adentro do território. Isso se justifica porque as cidades da margem seguem uma dinâmica própria, uma dinâmica do ir e vir constante, constituída tanto pela circulação de pessoas que passam pela fronteira com viagem para o outro país, como o próprio morador fronteiriço, que ora se desloca para a Argentina para fazer compras e ora recebe o vizinho argentino para vender os produtos brasileiros. Isso faz com que os habitantes fronteiriços se inteirem e vivam nesse entremeio em que é necessário estar por dentro dos acontecimentos de ambos países: valorização/desvalorização do real e peso; conhecimento do português e do espanhol; políticas de ambos os países, etc. Isso não quer dizer que os fronteiriços não elaborem as próprias regras, as próprias dinâmicas de contato e sobrevivência, exemplo disso é o portunhol, língua da fronteira, falada pelos fronteiriços para atender as necessidades de contato diária.

Nos últimos anos, com o avanço de imigrantes argentinos e venezuelanos, a fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul tem ampliado ainda mais a diversidade linguística e o inegável contato entre as línguas também nas cidades localizadas mais adentro da faixa de fronteira. Nesse sentido, busca-se, na seção subsequente, compreender como se dá a distribuição e o contato entre as línguas que circulam na cidade de Cândido Godói, município colonizado por alemães e poloneses, com a passagem histórica dos portugueses, espanhóis e guaranis das antigas Reduções Jesuíticas e palco de recentes imigrações, especialmente dos vizinhos latino-americanos.

Cenas de multilinguismo na fronteira

O exemplo que se pretende apresentar com vistas a ilustrar a diversidade linguística brasileira retrata uma cena multilíngue nos jogos municipais de futebol da cidade de Cândido

Godói, Rio Grande do Sul, fronteira noroeste do estado. Cândido Godói se localiza a cerca de 30km em linha reta da Argentina e 72km por rodovias que chegam até Porto Xavier, cidade que conta com um Porto Internacional e a travessia de balsas sobre o Rio Uruguai, limite geográfico que separa os países.

Cândido Godói é constituída, segundo estimativas do IBGE de 2020, por 6.300 habitantes, de origem predominantemente alemã e polonesa (Cândido Godói, 2019). Nota-se que a cidade foi territorializada simbolicamente por elementos que giram em torno das línguas e culturas do território. Exemplo disso é evidenciado nos eventos culturais, visto que ainda hoje ocorrem as tradicionais festas alemãs do chopp e as chamadas *Kerbfest*. Além disso, um grupo, identificado como *Hannover*, cultiva as danças alemãs trazidas da Alemanha. Há ainda bandas municipais que animam festas locais com músicas cantadas na língua de imigração, bem como jogos e brincadeiras de origem alemã, como o jogo do barril, o *Schafkopf* — um jogo de cartas etc. Em muitas comunidades interioranas do município há o predomínio das línguas de imigração nas práticas de linguagem, tanto entre os membros da família, como entre os integrantes da comunidade. No caso do alemão, a língua passa a cumprir o papel de língua da interação, língua da comunidade. Além disso, em algumas localidades há mais do que uma variedade de alemão, conhecidas localmente como “alemão” e “alemão russo”, ocasionando certa dificuldade de compreensão entre os falantes de uma variedade e outra.

Recentemente, se somam a esse quadro linguístico e de territorialização do município, entre outros grupos, os argentinos, que se instalaram na cidade em busca de trabalho, visto que, apesar de ser um município pequeno, conta com uma empresa de máquinas agrícolas de porte relativamente grande.

Junto à questão do trabalho, esses imigrantes, que normalmente migraram para o Brasil juntamente com suas famílias, se integram à comunidade frequentando escolas, programações culturais e serviços como o de saúde. Entre essas atividades, tem chamado atenção o fato de que os argentinos instalados em Cândido Godói participam efetivamente dos campeonatos municipais de futebol, tanto futebol de campo como futebol de salão. Nomeados “Unión Sul Americana”, os argentinos trazem para a comunidade godoiense não somente um time de futebol, mas somam à diversidade dessa fronteira uma nova língua, novas histórias, culturas, identidades e formas de ser, o que inclui, vale pontuar, a maneira subjetiva dos argentinos em organizar sua equipe e colocar seu time em campo - nota-se que os argentinos mantêm um ritmo acelerado de jogo, aproveitando-se de sua velocidade como vantagem.

A equipe Unión Sul Americana é constituída por alguns brasileiros, mas o maior número de jogadores é argentino. Nesse sentido, os jogos de futebol se constituem em verdadeiras cenas linguísticas, pois durante os jogos os atletas se comunicam em língua espanhola com expressões como “¡Dale, Dale!” quando um jogador solicita a passagem de

bola ou quando está com a posse de bola e precisa driblar os jogadores adversários, por exemplo. De igual forma, a torcida desse time, constituída predominantemente pelos familiares dos jogadores, ou seja, esposas e filhos argentinos, também constituem essa cena linguística a partir de suas vibrações e incentivos aos atletas em espanhol, como “*arriba*” “*adelante*” para que os jogadores se direcionem ao gol.

Se somam a essa cena as equipes constituídas por descendentes de alemães, que residem principalmente na zona rural da cidade, cujos diálogos em jogo e os incentivos e advertências da torcida se dão em língua de imigração alemã. Expressões como “*schnell, schnell, schnell*” (rápido, rápido, rápido) são recorrentes em meio à torcida quando um jogador está com a bola e precisa agir com agilidade para marcar o gol. Além disso, são recorrentes as expressões “*die ecke*”, quando os torcedores querem sugerir ao jogador chutar a bola para escanteio; “*der schuss*”, chute, utilizado quando a torcida incentiva o jogador a chutar a bola a gol, entre outros termos. É válido considerar que a língua falada nos jogos de futebol é uma língua de imigração, que perdeu grande parte de seu registro escrito devido à política linguística da Era Vargas e, por isso, fica difícil retratar as falas dos sujeitos. Ademais, por ser uma língua de imigração, nota-se que muitas palavras são emprestadas do português, exemplo disso é possível observar na palavra gol, que em alemão é “*das Tor*”, mas os imigrantes de Cândido Godói utilizam o termo em português, gol.

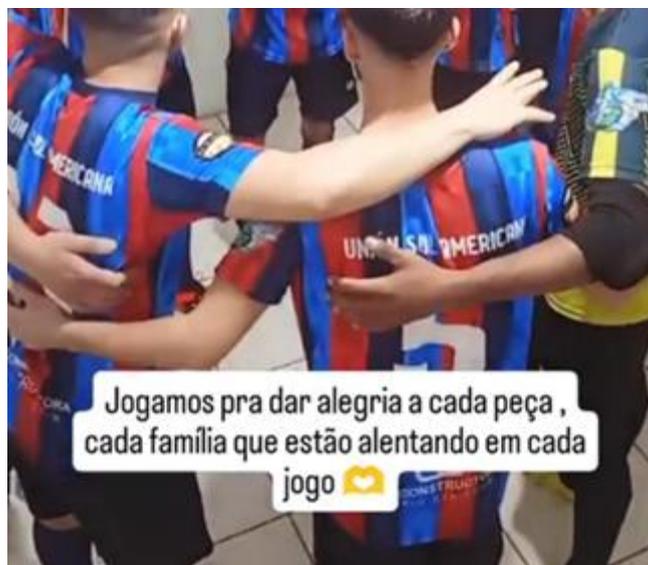
Muitos desses falantes de alemão, língua de imigração, sentem vergonha de sua variante linguística ao falar e/ou escrever o português, devido à influência fonética e fonológica do alemão. Esse sentimento foi sustentado pela política linguística nacionalista, que proibiu, marginalizou e envergonhou os falantes das línguas de imigração europeia. Além do mais, a idealização da língua portuguesa e a sua normatização de como bem escrever e bem falar sustentaram a ideia de que o que foge à regra da gramatização está errado. Isso fez com que os falantes internalizassem essa ideologia linguística, desprestigiando sua língua materna, evitando ensiná-la aos seus descendentes e sentindo medo de sofrer discriminação ao se expressar e registrar marcas de sua língua materna de imigração.

O português, por sua vez, desempenha papel de língua da comunicação geral entre os participantes dos jogos de futebol da cidade de Cândido Godói. Presente nas conversas entre os falantes monolíngues em português e quando os argentinos e/ou os descendentes de alemães direcionam a palavra a um companheiro que não compreende suas línguas. Ademais, as regras dos jogos e a condução das partidas são realizadas em língua portuguesa.

É válido acrescentar a essa cena linguística dos jogos de futebol godoienses o portunhol que pode ser observado na fala e escrita dos argentinos. O exemplo abaixo (Imagem 1) foi retirado do Instagram da equipe Unión Sul Americana e se configura enquanto um agradecimento do time ao apoio de sua torcida. Nota-se o uso de palavras em português

e em espanhol, uma mescla de línguas, bem como a estruturação de frases que, em termos sintáticos, seguem a lógica de estruturação da língua espanhola.

Imagem 1: Uso do Portunhol por Argentinos residentes no Brasil



Fonte: Instagram Unión Sul Americana

Nesse sentido, considera-se que a escrita desta publicação na rede social, seja ela consciente ou inconsciente em relação aos usos de ambas as línguas, marca o lugar político do seu autor. Ou seja, a publicação, tal como foi construída, marca um espaço político de contato, partilha e disputa das línguas. A utilização do vocabulário “alentando” ao invés de “encorajar”, de “peça” ao invés de “indivíduo/torcedor” não é algo aleatório, muito pelo contrário, marca uma prática linguística de um sujeito atravessado pelas duas línguas - a sua língua materna e a língua oficial do estado em que vive. “Não existe apenas a mescla de duas línguas, mas sim um processo discursivo em que a comunicação feita com dois idiomas se transforma em um mesmo modo de expressão, em uma prática linguística” (Sturza; Fernandes, 2009, p. 220).

Por questões de espaço e com o objetivo de exemplificar a diversidade das línguas de Cândido Godói a partir de uma das muitas cenas de multiplicidade linguística, não se pretende esgotar as análises deste estudo. Essa cena do jogo de futebol permite compreender como a fronteira noroeste é constituída por sujeitos que circulam entre diferentes línguas e conseguem se comunicar sem necessariamente ser proficientes em tais línguas. Esses sujeitos, por sua vez, se constituem aí como fronteiriços; constituem as suas identidades e subjetividades, somando as experiências de seu país de origem com essas práticas sociais, de lazer, trabalho, estudo e sobrevivência vivenciadas na fronteira brasileira. Trata-se, como apresenta Sturza (2010), de línguas compartilhando espaços: “O contato enunciativo, aquele em latência na enunciação do fronteiriço, é o que marca o irrepetível do espaço de enunciação

fronteiriço, revelador do modo de circulação das línguas e suas relações com os sujeitos falantes” (p. 86).

É o contato entre diferentes línguas, culturas, histórias e memórias que marcam a riqueza desse espaço fronteiriço. Os sujeitos identificam quem são a partir da língua, e, como evidenciado no jogo de futebol, os falantes elegem politicamente em que língua se expressar: seja na língua alemã ou espanhola, para que o outro — o adversário no jogo de futebol — não compreenda, seja em portunhol para que a mensagem chegue tanto aos familiares argentinos, como aos torcedores brasileiros, ou em português, quando os organizadores do campeonato ditam as regras dos jogos.

Contudo, não se pode romantizar essa cena linguística. Apesar de se caracterizar como multilíngue, traço de um ambiente em que circulam muitas línguas, dita fronteira não é totalmente plurilíngue, ou seja, nem todos os sujeitos são falantes das várias línguas presentes nesse ambiente. Observa-se que na cidade de Cândido Godói, os falantes das línguas dos antigos e novos processos de imigração necessitam aprender a língua do estado, o português, para transitar por diferentes práticas linguísticas. Já o contrário, a aprendizagem das línguas de imigração por parte dos falantes monolíngues de português, não é tão comum, pois os falantes estão em uma situação de comodidade, visto que nas interações públicas, a exemplo da escola, o português é legitimado.

Mesmo assim, há que se considerar, como apontam Sturza e Fernandes (2009), que nas zonas de fronteira a língua portuguesa não é a mesma, visto que se entrecruza, mesmo sem o falante perceber, com o espanhol — e com as línguas de imigração — e configura este lugar de interface e de contato. Esses falantes, mesmo se identificando como monolíngues, são influenciados pela fonética, fonologia e léxico das línguas que os circundam. Nesse sentido, considera-se equivocado tratar do Brasil enquanto um país monolíngue em um espaço em que há a presença de tantas línguas e onde nem mesmo o português é único - talvez, neste contexto, ele se constitua enquanto um português da fronteira noroeste gaúcha.

Dessa forma, essas cenas linguísticas evidenciam um espaço multilíngue, em que sujeitos, línguas, culturas e identidades compartilham uma mesma prática: os jogos de futebol. Tem-se aí uma verdadeira oportunidade para a integração intercultural e interlinguística. Uma oportunidade para aprender um pouco mais sobre o outro, sua cultura, sua língua, seu modo de ser e de viver, e, aprendendo com o outro, tornar o eu mais empático com as diferenças. Assim, os jogos de futebol não são apenas espaços de esporte e competição, mais do que isso, são espaços de efetivação de múltiplas formas de existência.

Considerações finais

Este trabalho busca evidenciar cenas do multilinguismo em território brasileiro. Os jogos de futebol na cidade de Cândido Godói são um pequeno retrato de como as línguas

compartilham e disputam espaços e vão funcionando, se deslocando e se ajustando nas práticas sociais. Desta forma, é possível afirmar que a língua portuguesa nunca foi a única língua falada no Brasil, e que nem sempre ela se constitui enquanto língua materna dos falantes, nem sempre é a língua predominante nas práticas sociais e nem sempre é a língua portuguesa do estado brasileiro, pois, como apontado anteriormente, em muitas interações sociais ela se mistura com outras línguas e, neste caso, passa a ser o português da fronteira noroeste gaúcha:

[...] não fomos apenas um país multicultural e plurilingue: somos um país plurilingue e multilingue, não só pela atual diversidade de línguas faladas no território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada.... somos plurilingues porque estamos presenciando o aparecimento de 'novos bilinguismos' (Oliveira, 2000, p. 90).

Tanto a revisão teórica como as análises etnográficas empreendidas nesse estudo apontam que ao longo da história linguística do Brasil sempre houve uma dicotomia entre o imaginário de Brasil monolíngue e sua realidade multilíngue. Apesar das políticas linguísticas contraproducentes, nota-se que os falantes são símbolos de resistência e manutenção de suas línguas — principalmente as de imigração — cultivando-as nas comunidades, por meio de elementos culturais como a música, a dança, gastronomia e costumes diários.

No que concerne ao multilinguismo e à interculturalidade na cidade de Cândido Godói, apesar de se localizar na faixa de fronteira, a cidade de colonização alemã conta com uma grande resistência à interculturalidade. Portanto, os novos processos de imigração, ao invés de promover disputas, preconceitos, estigmas e discriminações étnicas, devem ser associados a uma oportunidade de cessar com essa resistência à diversidade. Nesse sentido, ressalta-se a importância do desenvolvimento de políticas linguísticas e educacionais que valorizem as diversidades da cidade, bem como iniciativas de conscientização, valorização e respeito cultural.

Diante dessas cenas multilíngues, conclui-se esse texto refletindo que as discussões nunca serão somente sobre as línguas, mas sobre os sujeitos de linguagem, dotados de histórias, sentimentos, perspectivas e sonhos únicos. Sujeitos humanos que se efetivam com e a partir de sua/s língua/s. Assim, políticas linguísticas têm o poder de reprimir, discriminar e marginalizar as línguas e seus sujeitos, que reverberam em preconceitos e estereótipos sociais contra o colono (alemão), o estrangeiro, o estranho (o argentino). Ou ainda, as políticas linguísticas podem ser desenvolvidas com vistas à libertação, aquela que propõe Paulo Freire (1979), uma libertação social que reconhece a língua como direito e como pertencente à própria constituição do sujeito. Uma política linguística de emancipação, que além de valorizar a diversidade linguística, promova uma equidade social, de modo que todos os sujeitos tenham voz — e que as suas vozes sejam ouvidas — independentemente da língua.

Referências

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013. p. 93–116.

AMERICANA, Uniao Sul. **Agradeço a cada pessoa que nos apoia em cada jogo** 🙏. Instagram, 18 ago. 2024. Instagram: @uniaosulamericana2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-1PC1oNbjK/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CÂNDIDO GODÓI. **Histórico de Cândido Godói**. 2019. Disponível em: <https://www.candidogodoi.rs.gov.br/site/conteudos/2946-historico#:~:text=Hoje%20a%20predomin%C3%A2ncia%20%C3%A9%20alem%C3%A3%20e%20polonesa>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COMUNICAÇÃO/FUNAI, Assessoria de. **Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias#:~:text=Brasil%20registra%20274%20l%C3%ADnguas%20ind%C3%ADgenas,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação — uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Trad. Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24–28, 2005.

IPHAN. **Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl#:~:text=Estima%2Dse%20que%20mais%20de,portugu%C3%AAs%20e%20de%20suas%20variedades>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LAGARES, X. C. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

MAHER, T. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013. p. 135–180.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico Ocidental**: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. São Paulo: Abril Cultural, 1922.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MARIANI, B. **Colonização linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII). Campinas: Pontes Editores, 2004.

MONTEAGUDO, H. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 2012.

NACIONAL, Ministério da Integração (org.). **Faixa de Fronteira**: programa de promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira - PDF. 2009. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F; MOURA, H. (org.). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83–92.

RODRIGUES, A. D. Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **Ciência Hoje**, 16/n. 95, p. 20–26, 1993.

ROSA, M. C. **Uma viagem com a linguística**: um panorama para iniciantes. São Paulo: Pá de Palavra, 2022.

STURZA, E. R.; FERNANDES, I. C. S. A fronteira como lugar de representação do Espanhol no Brasil. **Revista Signo & Seña**, Buenos Aires, n. 20, p. 207–228, 2009.

STURZA, E. R. Espaço de enunciação fronteiriço e processos identitários. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 83–96, 2010.

STURZA, E. R. ‘Portunhol’: língua, história e política. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 95–116, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.2019n48a33621>.

STURZA, E.; FAGUNDES, A. A (in)visibilidade das línguas na região da fronteira Brasil/Argentina: o contexto de Porto Xavier (RS) e Cerro Largo (RS). In: MYSKIW, A.; BUTZGE, C.; LEMOS, M. (org.). **O Sul e suas fronteiras**: linguagens e história. Passo Fundo: Acervus, 2022. p. 105–126.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

Sobre as autoras

Emanuele Krewer

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6613-2853>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); graduada em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Eliana Rosa Sturza

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4085-0096>

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mestra em Educação e graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Realizou pós-doutorado na Universidad de la República (Udelar). Professora titular do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal de Santa Maria, onde atua no curso de graduação em Letras - Espanhol e no Programa de Pós-Graduação em Letras, na área dos Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Estudos do Texto e Práticas Linguísticas.

Recebido em mar. 2025.

Aprovado em mai. 2025.